

Senado vota hoje acordo da dívida com salvaguardas

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal devem votar hoje o acordo de princípios fechado pelo governo brasileiro com os bancos credores privados, que envolve a renegociação da dívida de US\$ 44 bilhões. O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS) sugere, no seu relatório, a aprovação de três "salvaguardas".

A primeira limita em 15% do valor global da dívida a opção dos bancos credores pelo "Bônus de Dinheiro Novo". O acordo acertado pelo governo garante que a escolha dos bancos entre os sete "instrumentos de pagamentos" deve ser equilibrada, mas não estabelece percentuais limitadores. A segunda dá ao Senado o direito de avaliar a escolha final dos credores para verificar se há, de fato, equilíbrio entre elas, e a terceira impõe que os organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros) compareceram com, no mínimo, US\$ 1,2 bilhão em financiamentos ao Brasil, para a formação das garantias iniciais, de US\$ 3,2 bilhões. Pelo acordo, esses organismos deverão comparecer com cerca de US\$ 1,6 bilhão, quantia superior ao valor mínimo que Fogaça sugere.

O Bônus de Dinheiro Novo estabelece prazo de 15 anos e juros flutuantes conforme a libor (taxa de juro interbancário do mercado londrino). Para fazerem essa opção, os bancos terão que emprestar recursos ao Brasil. Para cada US\$ 100 que emprestarem, terão o direito de converter US\$ 18,18 de papéis da dívida velha neste tipo de bônus. A preocupação de Fogaça ao sugerir o limite de 15% é evitar prejuízos ao programa de privatização. Esses bônus podem ser usados nos leilões

sem deságio. Em relação ao valor mínimo de US\$ 1,2 bilhão para financiamento das garantias, o senador quer simplesmente colocar no papel algo que já foi discutido e, quanto à prerrogativa do Senado de aprovar as opções feitas pelos credores — o governo brasileiro já garantiu esse direito no acordo — José Fogaça deseja dar ao Senado os instrumentos para "proteger os interesses do País". Os técnicos do governo não colocam objeções às proposições propostas pelo relator e classificam-nas de "realistas". A prerrogativa do Senado de avaliar a escolha dos bancos, particularmente, é considerada uma excelente sugestão, porque fortalecerá a posição do governo junto aos credores.

Segundo os cálculos do senador, que elogiou os termos gerais do acordo, o reescalamento permitirá uma redução entre 21% e 28% do estoque total da dívida. Desde a conclusão das negociações, em julho passado, várias projeções de desconto já circularam, desde 35% até 16,5%, mas o negociador oficial da dívida, Pedro Malan, vem afirmando que não é possível, ainda, fazer previsões, porque esse desconto dependerá da escolha que os bancos credores fizerem.

A votação do acordo pela comissão de Assuntos Econômicos estava marcada para ontem, mas acabou sendo adiada para hoje porque Fogaça ainda não havia concluído a redação do seu relatório. Na sessão, Fogaça fez uma exposição oral do relatório. Ao elogiar o acordo, o relator afirmou que ele "respeita a capacidade de pagamento do Brasil, garante proteção contra flutuações nas taxas de juro, permite a redução dos serviços (juros) da dívida externa e o alongamento do prazo de pagamento para 30 anos.